

SALÃO DE  
INICIAÇÃO CIENTÍFICA  
**XXIX SIC**  
  
**UFRGS**  
PROPESQ



múltipla   
**UNIVERSIDADE**  
inovadora  inspiradora

<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2017: SIC - XXIX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2017
<b>Local</b>	Campus do Vale
<b>Título</b>	O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E AS CONSEQUÊNCIAS PARA A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA PROMOÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS
<b>Autor</b>	CAROLINA ROSA KADER
<b>Orientador</b>	DANIELA DE OLIVEIRA PIRES

# O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E AS CONSEQUÊNCIAS PARA A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA PROMOÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Autora: Carolina Rosa Kader

Orientadora: Daniela de Oliveira Pires

Instituição de ensino: Fundação Escola Superior do Ministério Público

O projeto de pesquisa tem como objetivo analisar as múltiplas formas de relação entre o público e o privado na educação em países latino-americanos: Uruguai, Argentina, Venezuela, Chile, Bolívia, e Brasil, a fim de entender como esta relação interfere na produção das políticas públicas na América Latina e suas implicações para a democratização da educação. Dentre os objetivos específicos destacamos o estudo dos antecedentes históricos dos processos de redemocratização e a compreensão do contexto social, político e econômico dos países estudados após os regimes ditatoriais. A metodologia utilizada terá como base a identificação das fontes primárias e secundárias, por meio do levantamento da organização dos Estados segundo suas constituições, dos dados populacionais e socioeconômicos. Nos países latino-americanos a questão democrática foi adquirindo relevância ao longo da década de 1980, com o processo de abertura política e redemocratização. Nesse contexto, os eixos principais dos movimentos sociais estavam vinculados à democracia, à gestão democrática do Estado através da participação da sociedade nas decisões políticas, enfim, à construção de uma sociedade mais justa e igualitária, encontrou, porém, enormes obstáculos, pois o processo de abertura foi pactuado com as forças da ditadura. Cada país viveu seu processo particular de acordo com sua correlação de forças e interpretação diante das pressões internacionais. No final dos anos de 1980 e início de 1990 o neoliberalismo se efetiva na América Latina, com as eleições de Carlos Salinas no México, Carlos Menen na Argentina, Carlos Peres na Venezuela, Fernando Collor de Melo no Brasil e Alberto Fujimori no Peru, com resistências e consentimentos. Destaca-se que esse processo no Chile já estava em curso. Ao mesmo tempo, o período foi marcado pelo aprofundamento da crise econômica nos anos 1980. Como uma resposta a tal crise foi disseminado um ideário neoliberal, que avançou graças aos organismos financeiros internacionais (Fundo Monetário Internacional – FMI, Banco Mundial – BM e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BIRD). A pesquisa encontra-se em fase inicial de levantamento de dados bibliográficos, mas é possível concluirmos que quando os países latino-americanos estavam avançando em alguns passos a participação popular e a luta por direitos sociais, a democracia sofreu o impacto das estratégias do capital para a superação de sua crise: neoliberalismo, globalização e reestruturação produtiva, que já estavam em curso no resto do mundo e vinham em sentido contrário a esse movimento. Observou-se um descompasso entre o processo de abertura democrática em que viviam os países da América Latina e a crise da democracia, no chamado capitalismo metropolitano. Assim, não é por acaso que, apesar de termos avançado na materialização de direitos através da legislação, temos a dificuldade de implementá-los. Assim sendo, se as redefinições no papel do Estado, em âmbito internacional, apresentam importantes implicações para o processo de democratização e a minimização de direitos universais e de qualidade para todos, esse processo é ainda mais problemático em países que viveram ditaduras e estão em um processo recente de luta por direitos materializados em políticas. No caso da promoção do direito social à educação, verifica-se que o Estado, em muitos casos, continua sendo o responsável pelo acesso, mas o “conteúdo” pedagógico e de gestão da escola é cada vez mais determinado por instituições que introduzem a lógica mercantil, com a justificativa de que, ao agir assim, estão contribuindo para a qualidade da escola pública.